



Comissão de Educação e Ciência

20.fevereiro.2018 – 11h45m

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: APROCES – Associação de Professores de Ciências Económicas-Sociais
Elementos identificados na [página da Comissão](#)

Recebidos por: Deputado Álvaro Batista (PSD, que presidiu à reunião) e Deputada Ana Mesquita (PCP).

Assunto: Partilhar a visão e missão da Associação e estabelecer formas de colaboração.

Exposição: O Senhor Deputado Álvaro Batista (PSD, que presidiu à reunião) cumprimentou a delegação presente, expôs os procedimentos da Comissão em relação a este tipo de audiências e indicou os respetivos tempos.

Dada a palavra a Florbela Ribeiro, Presidente da Direção da APROCES, a mesma agradeceu a disponibilidade da comissão para a presente audiência e começou a intervenção por enquadrar a atividade desenvolvida pela Associação, em conformidade com o documento apresentado e disponível para consulta [aqui](#).

De seguida, focou a sua intervenção no documento «Perfil do aluno do século XXI» e nas competências que os alunos devem adquirir após a escolaridade obrigatória que, na opinião da associação, não se encontram a ser asseguradas durante o percurso escolar obrigatório.

Considerando o fim da Associação, salientou a necessidade de aprendizagem de competências relacionadas com a educação financeira, competências essas que hoje apenas são passíveis de aprendizagem pelos alunos das áreas económico-sociais e nos anos de escolaridade respeitante ao ensino secundário.

Maria Eduarda da Luz, 1.ª Secretária da Mesa da Assembleia, pediu a palavra para reforçar a gravidade, na sociedade atual, de um aluno completar os doze anos de escolaridade obrigatória sem ter uma cadeira de foro económico. Referiu, ainda, que tiveram já oportunidade de reunir com o Secretário de Estado da Educação, João Costa, tendo o mesmo demonstrado interesse na existência de uma disciplina deste foro no currículo escolar.

Mais, acrescentou que esta matéria apreça muito esbatida no programa de cidadania, onde se incluem as matérias de literacia financeira e económica, dependendo, ainda, da forma como o professor decida lecionar a matéria, podendo dar mais ênfase a outros aspetos do currículo.

Salientou, ainda, que saber economia hoje em dia é determinante para os alunos, e que não basta a informação prestada pela comunicação social, pois que tal não se traduz em conhecimento, mas apenas em informação.

Terminou, apresentado a proposta desta Associação, a saber de criação de uma disciplina autónoma de Educação Financeira para o 2.º ciclo de escolaridade obrigatória, e de uma disciplina de Economia e Sociedade para o 3.º ciclo de escolaridade obrigatória, sendo certo que estas disciplinas teriam uma duração semanal de 45 minutos.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) salientou a importância da matéria, ressaltando que esta deve ser considerada num contexto mais global, nomeadamente por terem sido levantadas insuficiências e contradições no atual currículo.

Assim, na opinião da Senhora Deputada e do seu Grupo Parlamentar, seria conveniente a abertura de um processo alargado devidamente participado democraticamente. Processo este que deverá contemplar todo o currículo.

Levantou, de seguida, a questão inerente à introdução de uma nova disciplina no currículo, a saber se consideram que existe tempo para esta carga horária, atendendo ao atual currículo e à carga horária das nossas crianças que passam hoje muito tempo na escola.

Considerando, o exposto, ao nível de atuação num contexto mais global de aprofundamento da questão do currículo, questionou qual a sensibilidade da APROCES para um tratamento neste sentido, nomeadamente face ao «Perfil do Aluno do Século XXI».

O Senhor Deputado Álvaro Batista (PSD) tomou da palavra enquanto representante do seu Grupo Parlamentar para colocar duas questões concretas, a saber, se a APROCES estabeleceu já contacto com o Ministério da Educação e, em caso afirmativo, qual a receptividade; e como é que a APROCES vê a integração desta cadeira, se no atual contrato de autonomia – sendo certo que o seu Grupo Parlamentar defende que as escolas devem ter autonomia na gestão dos seus currículos, ou se acha que a introdução desta disciplina deverá ser feita pelo Ministério da Educação de forma a vincular todas as escolas.

Devolvida a palavra a Florbela Ribeiro, a mesma esclareceu que a APROCES foi já recebida pelo Ministério da Educação, concretamente pela Direção Geral da Educação, e pelo Senhor Secretário de Estado da Educação, tendo apresentado a estes documentos e propostas concretas quanto à matéria que aqui expuseram.

Solicitaram, ainda, reuniões a todos os Grupos Parlamentares, tendo sido já ouvidas pela Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP).

Referiu, depois, que estão a tentar avançar com várias ideias, nomeadamente esta proposta concreta que lhes parece fundamental neste século XXI.

Salientou que a APROCES analisou os diferentes currículos e que foi dessa análise que resultou a presente proposta, em virtude, concretamente, do facto de terem constatado que a área das ciências económicas e sociais não ser abordada a nenhum nível. Consideram, por isso que deve ser considerada esta área numa revisão curricular aprofundada. Todavia, por entenderem que é crucial que os alunos terminem a escolaridade obrigatória com alguma formação dentro desta área, pensam que deve ser introduzida no currículo, independentemente da existência de um debate alargado sobre o currículo escolar.

Questionou, assim, os Senhores Deputados presente se apoiariam esta iniciativa ou se estariam dispostos a avançar com uma proposta com base nesta iniciativa.

Maria Eduarda da Luz pediu a palavra para salientar que esta é a altura ideal para se discutir os currículos escolares, nomeadamente por se encontrar a ser abordada já e a ser testada a questão da flexibilidade escolar.

Terminou, evidenciando que os alunos estão prontos para esta mudança e os professores também, mas esta tem de começar pelos currículos, reforçando, ainda, a ideia de que os alunos têm de ser preparados para as novas competências do século XXI.

A gravação áudio da audiência está disponível na página da Comissão na [internet](#), constituindo parte integrante deste relatório, o que dispensa maiores desenvolvimentos nesta sede

Palácio de São Bento, 20 de fevereiro de 2018

A assessora
Ágata Leite